



APROVADO
UNÂNIME

INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS - IAB

COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO PENAL

PARECER

Indicação nº. 063/2019 (Dr. ANDRÉ BARROS)

Projeto de Lei Estadual (RJ) nº. 1189/2019

Relatores: Drs. PAULO PEREIRA FILHO e RODRIGO ASSEF

INDICAÇÃO 063/2019 – Marcha da Maconha, IAB, Manifestação, Reunião, Constituição, Direito, STF, ADPF nº 187, ADI nº 4274.

1

“Projeto de Lei nº. 1189/2019 de autoria do Deputado Estadual Rodrigo Amorim (PSL) contra a Marcha da Maconha, que viola a Constituição Federal, duas decisões do Supremo Tribunal Federal e busca atrasar ainda mais o processo mundial de legalização da maconha no Brasil.”

I- DO OBJETO DA INDICAÇÃO

Versa o presente parecer sobre a Indicação nº 063/2019, da lavra do Consócio Dr. ANDRÉ BARROS, sobre o projeto de Lei Estadual nº. 1189/2019, de autoria do Deputado RODRIGO AMORIM (PSL-RJ), da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), que visa proibir qualquer manifestação a favor da legalização de substâncias psicotrópicas.

Segundo a indicação, o aludido Projeto de Lei, em sua justificativa, acusa a “Marcha da Maconha” de ser um evento de apologia às drogas e de incitação ao seu uso.



Por outro lado, menciona o ilustre proponente que, o Plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu, em 15 de junho de 2011, por unanimidade, na ocasião do julgamento da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº. 187, que nenhuma autoridade no Brasil pode interpretar que, o mencionado evento está praticando “apologia de crime”, pois a realização da “Marcha da Maconha” está amparada pelo artigo 5º, incisos IV e XVI, da Constituição da República.

Do mesmo modo, afirma o proponente que, o mesmo Supremo Tribunal Federal, também por unanimidade, na ocasião do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 4274, teria chegado à igual conclusão do julgado anterior.

Com efeito, sustenta o nobre consócio, em um primeiro momento, que a matéria deduzida na indicação apresenta relevante pertinência, pois já é de conhecimento internacional, os benefícios medicinais oriundos de substâncias presentes na *cannabis sativa* L¹, como nos tratamentos de diversas enfermidades graves e transtornos.

2

Ademais, o proponente conclui a sua indicação afirmando que o aludido Projeto de Lei, além de violar a Constituição da República, contrariando decisões do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, busca “atrasar ainda mais o processo mundial de legalização da maconha no Brasil”, na contramão do que vem sendo implementado em outros países.

II- DO PROJETO DE LEI ESTADUAL Nº. 1189/2019 (ALERJ)

Conforme mencionado, trata-se de projeto de lei estadual que visa proibir “a realização de quaisquer manifestações, movimentos sociais, protestos, eventos e atos em

¹ Nome científico dado a popularmente conhecida “maconha”.



favor da legalização e da regulamentação do comércio e do uso de substâncias psicotrópicas”².

O Excelentíssimo Deputado Estadual RODRIGO AMORIM, nas suas justificativas para o proposição do aludido projeto de lei, manifestou em síntese que, na verdade, os eventos que levantam a bandeira da legalização e regulamentação das drogas, em especial a “Marcha da Maconha”, estão “travestidos de boas intenções”, sendo estes, no entanto, “uma grande apologia às drogas”.

Mais adiante, afirma o parlamentar que, o “conteúdo do evento” dessas manifestações incita o consumo de drogas, conduta delituosa que estaria, em tese, prevista na Lei Federal nº 11.343/2006 (Lei de Drogas).

O parlamentar propositor conclui em suas justificativas que, o referido projeto de lei deve ser aprovado “a fim de impedir a prática ilícita disfarçada de boa intenção”, proibindo, portanto, “a realização de quaisquer eventos em favor de substâncias psicotrópicas e que fazem apologia ao uso dessas mesmas substâncias”.

3

Em que pese o esforço do nobre Deputado, estes subscritores não entendem como sendo viável a aprovação do aludido PL nº 1189/2019, posto que viola diametralmente preceitos constitucionais, conforme decisões da Suprema Corte quanto a esta matéria.

Senão vejamos.

III- DO POSICIONAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE A MATÉRIA

No tocante a esta temática, o Supremo Tribunal Federal produziu julgados em que se discutia a (i)legalidade das manifestações e debates públicos que versam sobre a descriminalização ou legalização do uso de drogas.

² Artigo 1º do Projeto de Lei 1189/2019 (ALERJ): “Fica proibida a realização de quaisquer manifestações, movimentos sociais, protestos, eventos e atos em favor da legalização e da regulamentação do comércio e do uso de substâncias psicotrópicas.”



Neste parecer, em um primeiro momento, relembremos o que ficou assentado no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 187/DF³, em que o plenário do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade,

³ Mérito da Ementa da ADPF nº 187/DF: “MÉRITO: “MARCHA DA MACONHA” – MANIFESTAÇÃO LEGÍTIMA, POR CIDADÃOS DA REPÚBLICA, DE DUAS LIBERDADES INDIVIDUAIS REVESTIDAS DE CARÁTER FUNDAMENTAL: O DIREITO DE REUNIÃO (LIBERDADE-MEIO) E O DIREITO À LIVRE EXPRESSÃO DO PENSAMENTO (LIBERDADE-FIM) – A LIBERDADE DE REUNIÃO COMO PRÉ-CONDIÇÃO NECESSÁRIA À ATIVA PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS NO PROCESSO POLÍTICO E NO DE TOMADA DE DECISÕES NO ÂMBITO DO APARELHO DE ESTADO – CONSEQUENTE LEGITIMIDADE, SOB PERSPECTIVA ESTRITAMENTE CONSTITUCIONAL, DE ASSEMBLEIAS, REUNIÕES, MARCHAS, PASSEATAS OU ENCONTROS COLETIVOS REALIZADOS EM ESPAÇOS PÚBLICOS (OU PRIVADOS) COM O OBJETIVO DE OBTER APOIO PARA OFERECIMENTO DE PROJETOS DE LEI, DE INICIATIVA POPULAR, DE CRITICAR MODELOS NORMATIVOS EM VIGOR, DE EXERCER O DIREITO DE PETIÇÃO E DE PROMOVER ATOS DE PROSELITISMO EM FAVOR DAS POSIÇÕES SUSTENTADAS PELOS MANIFESTANTES E PARTICIPANTES DA REUNIÃO – ESTRUTURA CONSTITUCIONAL DO DIREITO FUNDAMENTAL DE REUNIÃO PACÍFICA E OPORTUNIDADE DE SEU EXERCÍCIO AO PODER PÚBLICO E AOS SEUS AGENTES – VINCULAÇÃO DE CARÁTER INSTRUMENTAL ENTRE A LIBERDADE DE REUNIÃO E A LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO – DOIS IMPORTANTES PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE A ÍNTIMA CORRELAÇÃO ENTRE REFERIDAS LIBERDADES FUNDAMENTAIS: HC 4.781/BA, REL. MIN. EDMUNDO LINS, E ADI 1.969/DF, REL. MIN. RICARDO LEWANDOWSKI – A LIBERDADE DE EXPRESSÃO COMO UM DOS MAIS PRECIOSOS PRIVILÉGIOS DOS CIDADÃOS EM UMA REPÚBLICA FUNDADA EM BASES DEMOCRÁTICAS – O DIREITO À LIVRE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO: NÚCLEO DE QUE SE IRRADIAM OS DIREITOS DE CRÍTICA, DE PROTESTO, DE DISCORDÂNCIA E DE LIVRE CIRCULAÇÃO DE IDEIAS – ABOLIÇÃO PENAL (“ABOLITIO CRIMINIS”) DE DETERMINADAS CONDUTAS PUNÍVEIS - DEBATE QUE NÃO SE CONFUNDE COM INCITAÇÃO À PRÁTICA DE DELITO NEM SE IDENTIFICA COM APOLOGIA DE FATO CRIMINOSO – DISCUSSÃO QUE DEVE SER REALIZADA DE FORMA RACIONAL, COM RESPEITO ENTRE INTERLOCUTORES E SEM POSSIBILIDADE LEGÍTIMA DE REPRESSÃO ESTATAL, AINDA QUE AS IDEIAS PROPOSTAS POSSAM SER CONSIDERADAS, PELA MAIORIA, ESTRANHAS, INSUPORTÁVEIS, EXTRAVAGANTES, AUDACIOSAS OU INACEITÁVEIS – O SENTIDO DE ALTERIDADE DO DIREITO À LIVRE EXPRESSÃO E O RESPEITO ÀS IDEIAS QUE CONFLITEM COM O PENSAMENTO E OS VALORES DOMINANTES NO MEIO SOCIAL – CARÁTER NÃO ABSOLUTO DE REFERIDA LIBERDADE FUNDAMENTAL (CF, art. 5º, incisos IV, V e X; CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, Art. 13, § 5º) – A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL À LIBERDADE DE PENSAMENTO COMO SALVAGUARDA NÃO APENAS DAS IDEIAS E PROPOSTAS PREVALECENTES NO ÂMBITO SOCIAL, MAS, SOBRETUDO, COMO AMPARO EFICIENTE ÀS POSIÇÕES QUE DIVERGEM, AINDA QUE RADICALMENTE, DAS CONCEPÇÕES PREDOMINANTES EM DADO MOMENTO HISTÓRICO-CULTURAL, NO ÂMBITO DAS FORMAÇÕES SOCIAIS – O PRINCÍPIO MAJORITÁRIO, QUE DESEMPENHA IMPORTANTE PAPEL NO PROCESSO DECISÓRIO, NÃO PODE LEGITIMAR A SUPRESSÃO, A FRUSTRAÇÃO OU A ANIQUILAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS, COMO O LIVRE EXERCÍCIO DO DIREITO DE REUNIÃO E A PRÁTICA LEGÍTIMA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, SOB PENA DE COMPROMETIMENTO DA CONCEPÇÃO MATERIAL DE DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL – A FUNÇÃO CONTRAMAJORITÁRIA DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO – INADMISSIBILIDADE DA “PROIBIÇÃO ESTATAL DO DISSENSO” – NECESSÁRIO RESPEITO AO DISCURSO ANTAGÔNICO NO CONTEXTO DA SOCIEDADE CIVIL COMPREENDIDA COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO QUE DEVE VALORIZAR O CONCEITO DE “LIVRE MERCADO DE IDEIAS” – O SENTIDO DA EXISTÊNCIA DO “FREE MARKETPLACE OF IDEAS” COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL E INERENTE AO REGIME DEMOCRÁTICO (AC 2.695-MC/RS, REL. MIN. CELSO DE MELLO) - A IMPORTÂNCIA DO CONTEÚDO ARGUMENTATIVO DO DISCURSO FUNDADO EM CONVICÇÕES DIVERGENTES – A LIVRE CIRCULAÇÃO DE IDEIAS COMO SIGNO IDENTIFICADOR DAS SOCIEDADES ABERTAS, CUJA NATUREZA NÃO



decidiu dar ao art. 287 do Código Penal⁴, efeito vinculante, para interpretá-lo conforme à Constituição da República “de forma a excluir qualquer exegese que possa ensejar a criminalização da defesa da legalização das drogas, ou de qualquer substância entorpecente específica, inclusive através de manifestações e eventos públicos”.

Vele lembrar que, o Ministro CELSO DE MELLO, relator da ADPF nº 187/DF, em seu voto, para além de citar legislações internacionais sobre os direitos de liberdade de expressão e reunião, ressaltou que é garantido ao cidadão – enquanto agente social – poder manifestar-se livremente, sem qualquer tipo de censura.

Com efeito, importante ainda trazer ao bojo deste parecer que, o ministro relator, em seu voto, afirmou que ao atingir a liberdade de expressão e de reunião, com a proibição da “Marcha da Maconha” e de demais movimentos correlatos, estaria negando a uma minoria, a possibilidade de reivindicar seus interesses e ideais, o que no seu entender, seria o mesmo que negar a existência do estado democrático de Direito.

Neste diapasão, o Min. CELSO DE MELLO considerou em seus fundamentos que, a “Marcha da Maconha” possui caráter cultural, de vez que, naqueles atos são realizados uma gama de atividades musicais, teatrais e performáticas, criando um cenário profícuo para debates sobre o tema por meio de seminários, palestras e exibições de documentários, acerca da política de drogas no Brasil, sejam estas ilícitas ou lícitas.

No que concerne aos aspectos criminais da discussão da matéria, como muito bem salientou o ministro decano do STF, não se pode confundir a manifestação pela

SE REVELA COMPATÍVEL COM A REPRESSÃO AO DISSENSO E QUE ESTIMULA A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE LIBERDADE EM OBSÉQUIO AO SENTIDO DEMOCRÁTICO QUE ANIMA AS INSTITUIÇÕES DA REPÚBLICA – AS PLURISSIGNIFICAÇÕES DO ART. 287 DO CÓDIGO PENAL: NECESSIDADE DE INTERPRETAR ESSE PRECEITO LEGAL EM HARMONIA COM AS LIBERDADES FUNDAMENTAIS DE REUNIÃO, DE EXPRESSÃO E DE PETIÇÃO – LEGITIMIDADE DA UTILIZAÇÃO DA TÉCNICA DA INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO NOS CASOS EM QUE O ATO ESTATAL TENHA CONTEÚDO POLISSÊMICO - ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL JULGADA PROCEDENTE.”

⁴ Art. 287 - Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime.



descriminalização de determinado ilícito penal com o ato de incitação à prática do delito e, muito menos, com a apologia de fato tido como criminoso. Senão vejamos o trecho de seu voto:

“O debate sobre a abolição penal de determinadas condutas puníveis pode ser realizado de forma racional, com respeito entre os interlocutores, ainda que a ideia, para a maioria, possa ser eventualmente considerada estranha, extravagante, inaceitável ou perigosa.”

Por fim, registrou o eminente relator, quando do julgamento da ADPF nº 187/DF, que “a proibição do dissenso equivale a impor à sociedade um mandado de imobilidade”, sendo certo que, “é perfeitamente lícita a defesa pública da legalização das drogas”.

Com destaque, os pilares que fundamentaram a decisão unânime da Suprema Corte, na referida ADPF, foram os direitos constitucionais de reunião e de livre expressão do pensamento, estampados no art. 5º, incisos IV e XVI da CRFB/88⁵, o que garante e legitima, até os dias atuais, a realização de marchas e manifestações que apresentam em seus ideários a descriminalização, legalização e regulamentação do uso de substâncias tidas como ilegais.

Logo, pela decisão tomada naquela oportunidade, o Supremo Tribunal Federal assentou, portanto, que o dispositivo do art. 287 do Código Penal, deve ser interpretado conforme à Constituição, para não impedir manifestações públicas em defesa da legalização, descriminalização e regulamentação das drogas.

⁵ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; (...)

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;



Na mesma ocasião em que foi proposta a ADPF nº 187/DF, o Supremo Tribunal Federal foi instado a julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.274, uma vez que, as decisões que tratam acerca da proibição dos aludidos eventos, geralmente, citavam dois dispositivos legais.

O primeiro, como já vimos, lançava mão do art. 287 do Código Penal, que era anterior à Constituição da República. Já o segundo dispositivo legal, o art. 33, §2º, da Lei 11.343/2006⁶, por sua vez - posterior à Constituição - foi objeto de análise na ADI 4.274, posto que o caráter subsidiário da ADPF não permitiria a análise desta questão.

Desta feita, aquela Corte Magna reafirmou⁷, no dia 23 de novembro de 2011, a legalidade dos eventos denominados “Marcha da Maconha”. Mais uma vez, em decisão unânime, os ministros decidiram por: “dar ao §2º do artigo 33 da Lei nº 11.343/2006 interpretação conforme à Constituição, para dele excluir qualquer significado que enseje a

⁶ § 2º Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga: (Vide ADI nº 4.274)

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa de 100 (cem) a 300 (trezentos) dias-multa.

⁷ “EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PEDIDO DE “INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO” DO § 2º DO ART. 33 DA LEI Nº 11.343/2006, CRIMINALIZADOR DAS CONDUTAS DE “INDUZIR, INSTIGAR OU AUXILIAR ALGUÉM AO USO INDEVIDO DE DROGA”.

1. Cabível o pedido de “interpretação conforme à Constituição” de preceito legal portador de mais de um sentido, dando-se que ao menos um deles é contrário à Constituição Federal.

2. A utilização do § 3º do art. 33 da Lei 11.343/2006 como fundamento para a proibição judicial de eventos públicos de defesa da legalização ou da descriminalização do uso de entorpecentes ofende o direito fundamental de reunião, expressamente outorgado pelo inciso XVI do art. 5º da Carta Magna. Regular exercício das liberdades constitucionais de manifestação de pensamento e expressão, em sentido lato, além do direito de acesso à informação (incisos IV, IX e XIV do art. 5º da Constituição Republicana, respectivamente).

3. Nenhuma lei, seja ela civil ou penal, pode blindar-se contra a discussão do seu próprio conteúdo. Nem mesmo a Constituição está a salvo da ampla, livre e aberta discussão dos seus defeitos e das suas virtudes, desde que sejam obedecidas as condicionantes ao direito constitucional de reunião, tal como a prévia comunicação às autoridades competentes.

4. Impossibilidade de restrição ao direito fundamental de reunião que não se contenha nas duas situações excepcionais que a própria Constituição prevê: o estado de defesa e o estado de sítio (art. 136, § 1º, inciso I, alínea “a”, e art. 139, inciso IV).

5. Ação direta julgada procedente para dar ao § 2º do art. 33 da Lei 11.343/2006 “interpretação conforme à Constituição” e dele excluir qualquer significado que enseje a proibição de manifestações e debates públicos acerca da descriminalização ou legalização do uso de drogas ou de qualquer substância que leve o ser humano ao entorpecimento episódico, ou então viciado, das suas faculdades psicofísicas.”

(STF, Tribunal Pleno, ADI nº. 4274, Min. AYRES BRITTO, julgado em 02/05/2012)



proibição de manifestações e debates públicos acerca da descriminalização ou legalização do uso de drogas ou de qualquer substância que leve o ser humano ao entorpecimento episódico, ou então viciado, das suas faculdades psicofísicas”.

Ou seja, entendeu a Corte Suprema que a participação neste tipo de manifestação não pode ser considerada uma ação criminosa, como aquela prevista no artigo 33, parágrafo 2º, da Lei de Drogas (Lei Federal nº. 11.343/2006), o que, a toda evidência, acabaria por configurar violação aos direitos de reunião e de livre expressão de pensamento, previstos na Carta Cidadã.

Nesse sentido, segundo o Eminentíssimo Ministro AYRES BRITO, relator da aludida ADI 4274, tanto o direito de reunião, quanto os direitos à informação e à liberdade de expressão “fazem parte do rol de direitos individuais de matriz constitucional, tidos como direta emanção do princípio da dignidade da pessoa humana e da cidadania”.

Do mesmo modo, chama a atenção, a manifestação do douto relator da ADI, no sentido de que o direito de reunião é legítimo e constitucional, desde de que, implementado de forma pacífica, acrescentando que não se pode confundir a criminalização da conduta - o uso de drogas -, com o debate sobre a aludida criminalização, que é o escopo das manifestações intituladas de “Marcha da Maconha”.

Portanto, no que se refere ao aspecto criminal, a Corte Suprema encerrou a discussão acerca da legalidade das mencionadas manifestações, afirmando que a participação nestes eventos, não configuram as práticas dos delitos insculpidos no artigo 287, do Código Penal, bem como do artigo 33, §2º, da Lei Federal 11.343/2006.

Por outro lado, insta contextualizar que, atualmente, o STF, no julgamento do Recurso Extraordinário nº. 635.659/SP, voltará a se debruçar sobre questões relativas à política de drogas, na ocasião da continuação do seu julgamento, em que se julga se o crime



previsto no artigo 28 da Lei 11.343/2006⁸, ofende o princípio da intimidade e da vida privada, direito expressamente previsto no artigo 5º, X, da Constituição Federal⁹ e, por conseguinte, o princípio da lesividade, valor basilar do Direito Penal.

Não é despidendo relembrar que, a Suprema Corte reconheceu a repercussão geral da aludida matéria no mencionado RE nº. 635.659/SP, posto que, o mencionado tema revela-se de manifesta relevância social e jurídica, que ultrapassa os interesses subjetivos da causa.

Demais disso, até o momento, já foram proferidos votos de 3 (três) ministros daquela Corte: GILMAR MENDES (relator), EDSON FACHIN e LUÍS ROBERTO BARROSO. Como é de amplo conhecimento, o Ministro relator votou pela inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei de Drogas e a favor da aplicação de punições administrativas para os usuários, sendo acompanhado em diferentes medidas pelos demais.

IV- DA CONCLUSÃO

9

Diante do exposto, o Projeto de Lei Estadual nº. 1189/2019, de autoria do Deputado RODRIGO AMORIM, em trâmite perante a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), não encontra qualquer respaldo em nosso ordenamento jurídico atual, que dê ensejo a sua aprovação.

Conforme analisado, este parecer conclui, em homenagem aos termos da Indicação nº. 063/2019, da lavra do Consócio Dr. ANDRÉ BARROS, no sentido de atestar a impossibilidade de sua tramitação no Poder Legislativo Estadual, diante de

⁸ Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas.

⁹ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.



sua inconstitucionalidade, por estar em clara dissonância com o artigo 5º, incisos IV e XVI, da Constituição da República.

Demais disso, o aludido Projeto de Lei em comento viola a remansosa jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, tendo em vista que, aquela Corte deu por encerrada as discussões acerca de eventual enquadramento criminoso daqueles que participam da denominada “Marcha da Maconha” e demais manifestações correlatas, diante da inviabilidade de estarem incursos nas penas do artigo 287 do Código Penal, bem como, do artigo 33, §2º, da Lei 11.343/2006.

É o parecer.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 2019.

PAULO PEREIRA FILHO

RODRIGO ASSEF